

## Integração da América do Sul

Assistimos, nos anos de 1980 e 1990, a uma reordenação dos espaços políticos e econômicos em todo o mundo. Os blocos regionais vêm ganhando cada vez maior representatividade no comércio e nas relações internacionais. A União Européia acolhe novos parceiros e negocia sua ampliação na direção do leste europeu. O acordo de Livre Comércio Norte Americano - Nafta estimula, desde de 1992, a integração comercial entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. Essa reordenação de espaços realiza-se em torno de interesses comuns dos países participantes, ampliando mercados e estimulando a inovação e a competitividade.

Foi com esse espírito que nasceu a iniciativa de modernização e desenvolvimento da infra-estrutura regional da América do Sul, no encontro de presidentes realizado em Brasília, nos dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2000, a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre os principais itens da agenda da reunião presidencial estava a criação de instrumentos para estimular a organização dos espaços sul-americanos, a partir da continuidade geográfica, da identidade cultural e dos valores compartilhados pelos países vizinhos.

Numa decisão histórica, os presidentes da América do Sul recomendaram ações destinadas a consolidar, estruturar e aprofundar a grande diversidade de iniciativas de aproximação entre os países da região. Tratava-se de dar destaque, na agenda política e diplomática dos países do continente, às realidades que se foram desenhando no decorrer da década de 1990. Em 1992-1993, o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso já se referia à meta da “organização do espaço sul-americano”.

A Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul – IIRSA, como passou a ser chamada, é uma ação multinacional que envolve, pela primeira vez na história, os doze países soberanos da América do Sul. A exemplo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que orientam os projetos de desenvolvimento para o Brasil, a idéia central da iniciativa é a identificação e implementação dos eixos de integração da América do Sul, com o objetivo de construir um espaço comum de prosperidade na região, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O comunicado conjunto dos presidentes ressaltou a importância de se desenvolver uma visão regional, que incorporasse e ampliasse as visões estritamente nacionais, na elaboração de planos para a área de infra-estrutura. Esse enfoque regional criará sinergias para o desenvolvimento da infra-estrutura física da América do Sul. O comunicado fixou também um entendimento em torno do conceito de eixos regionais de desenvolvimento. A noção de eixos favorece a implementação de projetos

A iniciativa de modernização e desenvolvimento da infra-estrutura regional da América do Sul nasceu no encontro de presidentes realizado em Brasília.

A idéia central da iniciativa é a identificação e implementação dos eixos de integração da América do Sul.

de infra-estrutura voltados para o desenvolvimento econômico e social sustentável das regiões envolvidas, além de promover uma visão integrada nas áreas de energia, transportes e telecomunicações.

O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana contém propostas para a ampliação da infra-estrutura regional em um horizonte de dez anos.

O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana, que contém propostas e sugestões para a ampliação e modernização da infra-estrutura regional em um horizonte de 10 anos.

No encontro de Brasília, foi apresentado aos presidentes, por iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e da Corporación Andina de Fomento – CAF, o Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana, com propostas e sugestões para a ampliação e modernização da infra-estrutura regional em um horizonte de dez anos.

O Plano de Ação sugere a institucionalização de um mecanismo de coordenação multilateral para o setor de infra-estrutura e identifica como áreas prioritárias de trabalho: a coordenação dos planos nacionais de investimentos; a compatibilização e harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais e a identificação de formas inovadoras de financiamento público e privado. O Plano inclui dois componentes principais: um quadro programático e os mecanismos para a implantação e acompanhamento. Um conjunto de princípios básicos servirá de referência para a formulação e implementação da iniciativa.

Em primeiro lugar, é preciso elaborar uma visão mais integral da infra-estrutura, que abranja todos os seus componentes e sinergias. Além do transporte, da energia e das telecomunicações, essa visão contemplará as demandas sociais, as questões ambientais e a incorporação de tecnologias da informação baseadas no conhecimento, procurando aproveitar as sinergias resultantes.

O objetivo do enquadramento dos projetos numa lógica de eixos é a maior eficiência nos investimentos, com a coordenação dos planos de obras dos diversos países sob a perspectiva de uma visão estratégica da integração.

Um segundo aspecto fundamental é o enquadramento dos projetos dentro de um planejamento estratégico, organizado a partir da identificação de eixos de integração e desenvolvimento regionais. O objetivo, neste caso, é a maior eficiência nos investimentos, com a coordenação dos planos de obras dos diversos países sob a perspectiva de uma visão estratégica da integração que atribua prioridade às ações estruturantes dos grandes eixos de integração e desenvolvimento regional.

Outra referência a ser estabelecida é a necessidade de reformar e atualizar os sistemas normativos e institucionais que regulamentam o uso das infra-estruturas nacionais. Esses aspectos, com muita frequência, não permitem que se utilize adequadamente a infra-estrutura existente. Também é preciso avançar na harmonização de normas e regulamentos para favorecer novos investimentos e a otimização do uso dos existentes.

Com o propósito de consolidar uma visão compartilhada sobre as linhas de ação para o desenvolvimento da infra-estrutura, os presidentes reunidos em Brasília convocaram uma reunião ministerial para o final do ano 2000. A reunião se realizou nos dias 4 e 5 de dezembro, em Montevidéu, no Uruguai, com a participação dos Ministros de Energia, Telecomunicações e Transportes e, em alguns casos, do Planejamento ou Desenvolvimento Econômico dos países da América do Sul, com o apoio de representantes dos ministérios de relações exteriores desses países.

Na reunião de Montevidéu, o comitê de coordenação formado pelo BID, CAF e Fonplata apresentou uma versão enriquecida do Plano de Ação para Integração da Infra-estrutura da América do Sul, que identifica doze Eixos de Integração e Desenvolvimento e seis processos setoriais necessários para otimizar a competitividade e sustentabilidade da cadeia logística. Outro resultado importante foi a aprovação da estrutura de coordenação do Plano.

Foram identificados doze Eixos de Integração e Desenvolvimento e seis processos setoriais para otimizar cadeias logísticas.

Os primeiros eixos a serem implantados, conforme se definiu nesse encontro, seriam:

- Mercosul-Chile
- Andino
- Brasil-Bolívia-Paraguai-Peru-Chile
- Multimodal-Orenoco-Amazonas-Prata
- Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname
- Multimodal do Amazonas

Em paralelo, seriam acionados Processos Setoriais de Integração, cobrindo as áreas de:

- sistemas operativos de transporte multimodal;
- sistemas operativos de transporte aéreo;
- passagens de fronteira;
- harmonização de políticas regulatórias de interconexão, de espectro, de padrões técnicos e de universalização da Internet;
- instrumentos para o financiamento de projetos de integração física e regional; e
- marcos normativos de mercados energéticos regionais.

Pelo lado operacional, foi aprovado, em Montevidéu, o esquema geral de implementação e monitoramento do Plano de Ação, que terá como núcleo um Comitê de Direção Executiva - CDE, um Comitê de Coordenação Técnica -CCT e Grupos Técnicos Executivos -GTE. Este últimos, compostos por funcionários e especialistas designados pelos Governos, por um assistente técnico e um Gerente contratado pelo BID, CAF e Fonplata, terão a responsabilidade de desenvolver todas as atividades relativas aos eixos e processos setoriais.

Aprovado em Montevidéu o esquema geral de implementação e monitoramento do Plano de Ação.

Nos dias 26 e 27 de abril de 2001, foi realizada, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, a primeira reunião do Comitê de Direção Executiva. Nessa reunião foram aprovados os procedimentos de funcionamento do próprio Comitê e dos Grupos Técnicos Executivos, as-

sim como o cronograma para a instalação dos oito primeiros Grupos Técnicos Executivos.

Foi criada, por Decreto do Presidente da República, a Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.

Já foram instalados e estão com seus gerentes contratados os GTE do Eixo Andino, do Eixo Brasil-Bolívia-Paraguai-Chile-Peru, do Eixo Mercosul-Chile e do Processo Setorial de Integração: marcos normativos de mercados energéticos regionais.

Com o objetivo de articular as ações brasileiras na iniciativa, foi criada, por Decreto do Presidente da República de 17 de setembro de 2001, a Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, composta por representantes dos Ministérios do Planejamento, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, Comunicações e dos Transportes.

A segunda reunião do Comitê de Direção Executiva foi realizada em 9 e 10 de dezembro de 2001, em Buenos Aires, com a presença, em nível ministerial, dos representantes dos governos da América do Sul.

No encontro foram identificados os primeiros projetos dos Eixos Mercosul-Chile e Interoceânico (Brasil-Bolívia-Paraguai-Peru-Chile). No primeiro, são 77 empreendimentos no valor de US\$ 27 bilhões, sendo 85% de investimentos da iniciativa privada, 12% públicos e 3% mistos. No Interoceânico, são 46 projetos somando US\$ 14,1 bilhões, sendo 93,5% de investimentos da iniciativa privada e 6,5% do setor público.

Até 31 de março de 2002, os gerentes apresentarão propostas para a formação da primeira geração de projetos de integração regional.

Até 31 de março de 2002, os gerentes apresentarão uma proposta para a formação da primeira geração de projetos, elaborando um programa de trabalho com metas e cronograma. Um segundo grupo será definido durante o primeiro semestre de 2002, à medida que os trabalhos em cada Eixo se desenvolverem.

No primeiro semestre de 2002 serão instalados novos GTE, em prosseguimento às decisões tomadas na reunião de Montevideu, para os seguintes eixos e processos setoriais:

- Eixo Brasil-Guiana-Suriname-Venezuela;
- Eixo Porto Alegre-Assunção-Jujuy-Antofagasta;
- Eixo Peru-Brasil (Bolívia solicitou sua inclusão; sugestão aceita pelo Brasil e em análise pelo Peru);
- Eixo Multimodal do Amazonas;
- Processo Setorial Sistemas Operativos de Transporte Multimodal;
- Processo Setorial Sistemas Operativos de Transporte Aéreo;
- Processo Setorial Harmonização de Políticas Regulatórias, de Interconexão, de Espectro, de Padrões Técnicos e de Universalização da internet.